

A propósito da investigação sobre a questão da culpa¹

Max Weber

Para a redação do jornal *Frankfurter Zeitung*:

Gostaria de solicitar que o escrito anexo seja publicado o mais rápido possível e com o devido destaque.

A resposta oficial da *Entente* a respeito da proposta de criar, por iniciativa alemã, uma comissão independente para tratar da questão referente às responsabilidades da guerra esbarrou em forte e notável recusa. O transcurso das atuais negociações, que vêm sendo realizadas em Berna, dá a entender – segundo pessoas bem informadas e bem relacionadas com a contraparte – ser aconselhável que tal iniciativa seja tomada por pessoas outras que não representem o lado social-democrata independente. Que a presente carta seja escrita por uma única pessoa, e justamente por mim, deve-se a uma série complexa de motivos.

Explica-se a forma da redação pelo fato de que é necessário garantir ao Ministério do Exterior a devida liberdade de dar a esta proposta o tratamento que julgar conveniente, segundo as conveniências do momento. Vale reforçar que a proposta deve ser entendida também como uma sugestão no sentido de que seja instalada uma comissão integrada por personalidades independentes. Não obstante, parece desaconselhável tornar tal propósito demasiadamente público, uma vez que desta forma comprometer-se-ia a viabilidade da proposta, tendo em vista a postura dos independentes. Ademais, caso ocorra uma Comissão mista independente, esta não poderia aparentar inferioridade em relação à presente proposta. Criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito certamente não seria, no caso, uma opção muito adequada. Neste caso, todos os debates seriam realizados à luz de pontos de vista político-partidários. Pessoalmente, penso ser mais recomendável uma comissão integrada por personalidades nacionais e estrangeiras, na medida do possível independentes e politicamente descomprometidas, porém, experientes em assuntos políticos – especialmente dos últimos anos –, com a participação, é claro, de círculos pacifistas.

1. Este escrito, concluído em 20 de março de 1919, acompanha o artigo que segue (Ver *Gesammelte politische Schriften*, I. ed., 1921, p. 487).
Tradução de Pedro Goergen.

A investigação sobre a questão da culpa²

Para a redação do jornal *Frankfurter Zeitung*.

Heidelberg, 20 de março de 1919.

O debate sobre “a questão da culpa” chegou a um ponto morto. A opinião dos círculos alemães, que sempre rechaçaram todas as tendências anexionistas, inclusive nos momentos de nossos maiores êxitos, ficou manifesta na declaração da ‘Associação heidelberguiana para uma política do direito’³, na ocasião também publicada pelos senhores⁴. Estes círculos se julgam livres de qualquer intenção de amenizar a efetiva responsabilidade dos alemães – política esta criticada pelos senhores –, e estão evidentemente convencidos de que somente um exame não partidário da situação internacional, e de todos os acontecimentos anteriores e coetâneos ao fim da guerra, poderia oferecer a base apropriada para uma avaliação do comportamento alemão. A sugestão oficial de confiar a uma comissão internacional independente o levantamento sistemático, inclusive mediante o livre acesso a todos os arquivos, não obteve eco por parte dos adversários. Mas nem por isso o assunto pode ser considerado encerrado. Naquele momento foi sugerida uma publicação incluindo todo o material dos arquivos alemães, mas isso até agora não se concretizou. Seguidas vezes foram manifestadas sérias dúvidas com relação à conveniência ou não de uma publicação unilateral alemã, dúvidas estas que não foram dirimidas e persistem até hoje.

Apenas o consentimento foi dado. Os livros brancos oficiais infelizmente não têm o necessário poder de convencimento ante a opinião pública: existe a fundamentada opinião de que apenas o material dos arquivos não poderia esclarecer os acontecimentos, e que seria necessário o depoimento das pessoas envolvidas, com a garantia de que seus depoimentos fossem objetivos e se reportassem à integralidade dos acontecimentos. Estas pessoas, em sua grande maioria, ainda estão vivas e seria muito desejável que o esclarecimento dos motivos de suas ações não ficasse relegado a publicações das memórias das próximas décadas, mas que todos fossem induzidos a se manifestarem exaustivamente, mediante o confronto entre eles, com base nos dados dos arquivos e, se possível, com acareações diante de uma comissão imparcial. Tal comissão deveria ser criada expressamente para tal finalidade. Um processo, seja contra quem for, diante de um futuro júri estatal não teria condições de realizar esta tarefa decisiva. Com efeito, não se trata da constatação de uma culpa em sentido jurídico; a averiguação dos acontecimentos políticos

2. *Die Untersuchung der Schuldfrage*, publicado na *Frankfurter Zeitung* de 22 de março de 1919.

3. *Heidelberger Vereinigung für eine Politik des Rechts* (N.T.)

4. Cf. Marianne Weber, *Max Weber – ein Lebensbild* (1926) p. 659.

realizada por uma corporação jurídica alemã dificilmente teria a necessária credibilidade perante a opinião pública mundial. Trata-se, portanto, da possibilidade de se examinar os arquivos alemães, com a inclusão de todos os que participaram ativamente dos acontecimentos e, se for possível e conveniente, também de outras testemunhas, submetendo-as a uma comissão que, por sua composição, ofereceria todas as garantias para que qualquer tribunal imparcial, e, sobretudo, que as futuras gerações, distanciadas das paixões do presente, tenham certeza de que todos os acontecimentos realmente relevantes para o julgamento da política alemã foram esclarecidos da forma mais exaustiva possível.

O objetivo seria:

1. Esclarecer fatos e contextos controvertidos.
2. Apresentar, de forma exaustiva, a imagem da situação mundial que pairava ante os olhos dos homens de estado alemães, e que os levou, a partir das informações que tinham, a elaborar a sua política.
3. Esclarecer os motivos de seu comportamento, tendo em vista a realidade tal como ela se apresentava aos seus olhos.

O Ministério do Exterior dificilmente poderá escusar-se da obrigação de informar à sociedade quais as medidas que imagina tomar para atender às exigências de elucidar o comportamento dos alemães, e de assim promover um esclarecimento que deve ser levado a termo, independentemente da opinião dos adversários.